

RUPPTURA

www.rupturafer.org


Candidatura do PSTU no Brasil

Zé Maria, o candidato do PSTU às presidenciais, defende um verdadeiro governo dos trabalhadores e uma revolução socialista que acabe com as desigualdades no Brasil. É necessário um programa que mude radicalmente a estrutura sócio-económica do país. **PÁG. 8**



Revoltas populares em Moçambique

O povo moçambicano manifestou-se nos subúrbios de Maputo, contra o brutal aumento dos preços dos bens de primeira necessidade. A resistência popular, contra um governo que rouba aos pobres e dá aos ricos, é essencial para a vitória desta luta. **PÁG. 7**

Juntar forças com quem?

Manuel Alegre é a melhor cobertura de esquerda que o governo Sócrates pode ter, no momento em que faz os maiores ataques aos trabalhadores desde a Revolução de Abril. Nas próximas eleições há 2 adversários, Cavaco e o candidato do governo dos PEC's e das privatizações. **PÁG. 4**

Podemos mudar o rumo:

Greve geral em Portugal e na Europa

Os governantes da União Europeia não param a sua ofensiva contra os direitos, os salários e o emprego dos trabalhadores europeus. Decidida em acordo com o FMI e os G8, a política comum na UE visa destruir muitos dos direitos sociais da população trabalhadora e, além de querer diminuir as prestações sociais, as reformas e os salários, quer dar todo o poder aos patrões para despedir.

As intenções patronais e governamentais são claras, querem fazer os trabalhadores e a população mais pobre pagarem a factura da crise que a ganância capitalista provocou. Os trabalhadores e os povos da Europa respondem a esta brutal ofensiva e começam uma onda de contestação à escala continental: na Grécia e em França a mobilização é uma realidade, e as greves gerais já realizadas mostram o potencial de desenvolvimento que a luta pode ter para conseguir fazer retroceder os planos governamentais da União Europeia.

Em Espanha está convocada uma greve geral para dia 29 de Setembro, e a Confederação Europeia de Sindicatos fez um apelo a uma jornada de luta também para esse dia 29. Perante este potencial de luta, não se compreende porque é que as direcções das centrais sindicais que passam a vida a falar de “unidade sindical” não queiram marcar uma data comum para as greves que convocam.

Neste momento de luta em que era preciso concertar uma resposta dos trabalhadores à escala europeia, os dirigentes sindicais europeus conseguem evitar uma greve geral conjunta que potenciaria qualitativamente a força do movimento operário e sindical. Assim, em Setembro realizam-se greves gerais em França, Grécia e em Espanha, e apenas em Espanha se aproveita o dia 29, dia de jornada de luta europeia convocada pela CES. Esta data poderia ser de convergência para greves gerais em vários países, mas as direcções das centrais sindicais europeias evitam uma acção de greve geral conjunta que poderia afectar toda a Europa, causando verdadeiros danos aos projectos capitalistas e dando força aos trabalhadores para alcançarem uma vitória que impedisse a concretização da actual estratégia de Bruxelas.

Em Portugal, o processo de mobilização ainda está mais recuado, e nada se fez para preparar uma greve geral. Já se desperdiçaram algumas oportunidades, nomeadamente na altura da grande manifestação nacional contra os PECs, em fins de Maio. Agora, para dia 29, a CGTP convocou manifestações descentralizadas em Lisboa e Porto, e algumas paralisações parciais. Para darmos seguimento à luta, há que participar com força nestas acções de dia 29, e avançar com a proposta de organizar uma greve geral em Portugal, ainda este ano.

Uma mobilização contra a política do governo e os seus PECs é dificultada pelo facto de o movimento sindical e a esquerda não estarem unidos com uma alternativa política à direita/Cavaco e ao governo Sócrates. O facto de uma parte da esquerda e do movimento sindical estarem ligados à candidatura presidencial de Manuel Alegre, que afirma a inevitabilidade dos PECs e é comum com o governo, enfraquece a capacidade de luta e mobilização dos trabalhadores contra essas políticas.

Contudo, a continuidade dos ataques que a burguesia e o governo preparam exigem uma resposta firme. A população trabalhadora portuguesa também tem demonstrado um grande potencial de contestação, e, apesar de todas as contrariedades, a única via para defender os direitos continua a ser a da luta. Há que dar a palavra aos trabalhadores e realizar reuniões plenárias nas empresas e nos grandes sectores sindicais para discutir e decidir como organizar uma greve geral participada e que traga os trabalhadores à rua numa grande manifestação nacional.

ENTREVISTA ■

Movimento independente pode ser alternativa



Manifestação nacional dos enfermeiros a 12 de Maio de 2009, em Lisboa

Qual a tua opinião sobre a luta dos enfermeiros?

Acho que esta luta já devia ter sido iniciada há muito tempo, pois há cerca de 10 anos que somos licenciados e, a nível de carreira, nunca fizemos essa transição, ou seja, continuamos a receber como bacharéis. É uma luta justa, peca por tardia e, na conjuntura actual, não é bem compreendida pela opinião pública, incompreensão esta fomentada pelo governo.

Apesar da grande mobilização dos enfermeiros, o sindicato reduziu os vários dias de greve que tinha marcado para apenas um. O que achas da posição do sindicato face às formas de luta que tem adoptado?

Considero que foi mesmo uma traição por parte do sindicato. A classe estava motivada, e isso tinha sido demonstrado com os números de adesão às greves e com a última manifestação à qual compareceram entre 15 a 20 mil enfermeiros. No fundo, demos força ao sindicato para continuar a forma de luta. O que sucedeu em seguida foi que o nosso sindicato cedeu às chantagens do governo, cancelando sucessivamente os vários dias de greve, até restar apenas um, que não teve grande adesão, pois os enfermeiros ficaram desiludidos, desmotivados e sentiram-se atraídos, chegando muitos deles a dessindicalizarem-se. Este sindicato não teve a força e a coragem necessárias para continuar e ficou a sensação de que todos os que se empenharam e foram às manifestações, percorrendo centenas de quilómetros, lutaram em vão.

Achas que seria positivo construir um movimento independente de enfermeiros?

Seria muito positivo. Já tinha falado sobre isso com vários colegas que são da mesma opinião. Os sindicatos que actualmente nos representam parecem estar muito afastados da nossa realidade, parecendo não entender que precisamos de justiça, que nos sentimos cada vez mais desmoralizados, desmotivados e traídos. É necessário coragem e força para seguir em frente, permanecendo fiel às nossas convicções. Talvez um movimento de enfermeiros independente tivesse essa força e coragem, pois somos nós que estamos no terreno, somos nós que enfrentamos as dificuldades e conhecemos a nossa realidade.

O número de enfermeiros no desemprego tem vindo a aumentar. Na tua opinião, esta situação deve-se a quê?

Na minha opinião, o desemprego na classe existe por vários motivos. Pela centralização dos serviços, pela extinção de várias unidades de saúde, uma política promovida por este governo. Pelo funcionamento dos serviços com o número mínimo de enfermeiros por turno; pela contratação periódica de enfermeiros às empresas de trabalho temporário, o que eu chamo de “tapa buracos”. Pois quando esses enfermeiros estão integrados nos serviços e começam a prestar cuidados sem supervisão é quando vão embora. E também à permissão por parte da

Enfermeira no Centro Hospitalar de Vila Real, Teresa Meireles dá-nos a sua opinião sobre a luta dos enfermeiros, cuja principal reivindicação é a de que recebam como licenciados. Ela analisa também as posições adoptadas pelo sindicato da classe, assim como as condições de trabalho que continuamente se têm deteriorado.

Entrevista de Ariana Sousa

Ordem do Enfermeiros, que é o organismo que regula a nossa profissão, na abertura de escolas de enfermagem privadas em que, por ano, são lançados no mercado de trabalho centenas senão milhares de enfermeiros, excedendo em muito a oferta em relação à procura.

Como avalias as condições de trabalho dos enfermeiros no momento actual?

Com a extinção dos vários serviços, urgências, SAP, etc., e consequente centralização nos actuais centros hospitalares criados por este governo, assiste-se a uma degradação das condições de trabalho. Os recursos humanos não aumentaram, os serviços continuam a trabalhar com o mesmo número de enfermeiros, havendo, no entanto, um aumento do número de utentes. Significando isso que, muitas vezes, se algum elemento num turno, por exemplo, ficar doente, não tem quem o substitua; muitas vezes os colegas são obrigados a seguir turno, trabalhando 14 ou 17 horas seguidas, em muitos casos de graça, devido às medidas de contenção de despesas deste governo, o que quer dizer que não lhe são pagas horas extraordinárias. Estando os serviços a funcionar com o mínimo de enfermeiros por turno, poderá estar em causa a segurança dos utentes, pois não há enfermeiros suficientes para prestar cuidados com qualidade, pois é na altura em que há excesso de trabalho que ocorrem acidentes com maior facilidade.

RUPTURA ■

Órgão oficial do Ruptura/FER
www.rupturafer.org
Secção portuguesa da Liga Internacional dos Trabalhadores
LIT (IV Internacional) www.litci.org
Impressão: A Triunfadora Artes Gráficas Lda.
Rua D. Sancho I, 36-A - 2800-195 Almada

Proprietário: Gil Garcia
Director: João Pascoal
Editora: Cristina Portella
Projecto Gráfico: Nádja Martins
Capa: Diogo Bento
Contacto: jornal@rupturafer.org
Nº ICS: 124814
Tiragem: 500 exemplares

Colaboraram neste número:
Ariana Sousa, A. P. Amaral,
André Traça, C.K., Eduardo
Velosa, Eduardo Henriques,
Flávio Mocho, Joana Oliveira,
Lina Pereira, Manuel Neves

Presidenciais: estas escolhas não são escolha



Declaração sobre as eleições presidenciais em Portugal divulgada em Agosto último pelos seus subscritores.



“Quando primeiro-ministro, Cavaco Silva foi o grande promotor da voragem neoliberal que se apoderou do país nas décadas seguintes. Hoje, Cavaco não seria Cavaco se tivesse levantado alguma objecção às privatizações de Sócrates, ao código patronal de Vieira da Silva, aos vencimentos milionários de “boys” do PS ou do PSD, às prescrições e absolvições massivas de crimes de colarinho branco.

Para além de arrufos passageiros, Cavaco tem sido um pilar da governação do PS. Ao pragmatismo da colaboração com Sócrates, ele junta as convicções ultramontanas de sempre: o rancor que guardou durante vinte anos contra Saramago e a indulgência distraída que dispensou ao projectado revisionismo constitucional do PSD simbolizam e resumem o seu primeiro mandato. Cavaco Silva é o presidente de todas as direitas e de todos os patrões.

Para além de arrufos passageiros, Cavaco tem sido um pilar da governação do PS.

Contra a renovação do mandato presidencial cavaquista, seria necessária uma alternativa que condenasse liminarmente a coabitação cúmplice Sócrates-Cavaco e que pusesse em causa pontos essenciais que esse conluio promoveu: o PEC, os Orçamentos de Estado, a permanência de tropas portuguesas no Afeganistão. Mas Manuel Alegre tem deixado claro que não será essa alternativa e que apoia o governo nestes e noutros pontos decisivos. Ao criticar Cavaco pelo carácter supostamente “conflitual” das suas intervenções, Alegre sinaliza também que pretende exercer uma presidência ainda mais alinhada com o governo.

A orientação de Manuel Alegre não surpreende da parte de alguém que durante décadas apoiou as políticas mais gravosas dos vários governos

PS. Ultimamente, ele ausentou-se do hemiciclo em votações que não lhe convinham ou manifestou oposição, nomeadamente ao Código do Trabalho, quando o seu voto não fazia falta para garantir a maioria. A pré-campanha de Manuel Alegre tem-se distinguido por uma mescla de características retrógradas da política portuguesa: a demagogia nacionalista, a nostalgia colonial, a exaltação da disciplina militar, a subserviência aos governos – tudo envolvido em pose marialva e declamado num tom solene e pomposo.

Alegre sinaliza também que pretende exercer uma presidência ainda mais alinhada com o governo.

A campanha de Fernando Nobre correu a imitar este registo, tentando ser mais papista que o papa e disputando a Manuel Alegre a palma em matéria de grandiloquência chauvinista, como cabalmente se ilustrou no episódio da proposta para trasladar de Angola os restos mortais de militares portugueses aí sepultados.

A luta social que tem sacudido o país merece um leque de escolhas melhor do que este.

A miséria da política portuguesa não é uma consequência inevitável da crise social que se abate sobre a classe trabalhadora. Os países pequenos não estão condenados a sofrer passivamente os efeitos de uma crise capitalista global. Não o está a Grécia, com as seis greves gerais que já fez este ano, e não o está Portugal, com as imponentes manifestações de professores que mandaram para casa a ministra Maria de Lurdes Rodrigues, ou as convocadas posteriormente pela CGTP, com dimensão só comparável aos tempos da revolução.

A luta social que tem sacudido o

país merece um leque de escolhas melhor do que este. Mas o BE enfraqueceu a sua posição de combate ao governo Sócrates quando se precipitou a apoiar um candidato que agora se desdobra em louvores a esse mesmo governo. O PCP, por seu lado, anunciou que lançaria uma candidatura própria, mas a experiência histórica, de várias candidaturas apresentadas e retiradas à boca das urnas, aconselha a encarar com prudência esse compromisso público.

Constatamos, sim, a existência de um panorama político que nega as aspirações socialistas de 1975 e os melhores momentos das mobilizações de rua dos últimos anos.

As pessoas que subscrevem a presente declaração não se encontram animadas por um espírito iconoclasta, de fazer fogo em todas as direcções. Constatamos, sim, a existência de um panorama político que nega as aspirações socialistas de 1975 e os melhores momentos das mobilizações de rua dos últimos anos. E reafirmamos a necessidade de ir além do actual leque de escolhas, ou falsas escolhas, se se quiser que a realidade da luta encontre, também nestas eleições e depois delas, uma expressão política.”

Lisboa, 26 de Julho de 2010

Assinam:

Adérito Domingues (Marinha Grande); André Pestana (Lisboa); António Louçã (Lisboa); Carlos Patrão (Lisboa); Elsa Sertório (Lisboa); Francisco Furtado (Lisboa); Gil Garcia (Lisboa); Isabel Faria (Lisboa); João Almeida (Ovar); João Delgado (Braga); João Pascoal (Lisboa); João Varela Gomes (Lisboa); José Moreira (Faro); Ramiro Morgado (Lisboa); Teresa Alpuim (Lisboa).

BÚSSOLA

O racismo de Sarkozy



Cerca de 1000 ciganos foram deportados em Agosto de França e devolvidos aos seus países de origem, Roménia e Bulgária. No ano passado, 11 mil pessoas da mesma etnia foram expulsas do país, num total de 30 mil imigrantes. Sob que acusação? De promoverem a desordem pública, não terem trabalho nem residência fixa e, portanto, não estarem legais. E quais são os motivos reais que levam Sarkozy a adoptar tal atitude? Vários: em primeiro lugar, desviar a atenção da classe trabalhadora francesa dos ataques aos seus direitos – como o aumento da idade da reforma – que o seu governo tem vindo a praticar (como sabemos, fabricar bodes expiatórios é uma especialidade da direita, como vimos com Hitler e outros tais); em segundo lugar, dividir a classe trabalhadora de conjunto, enfraquecendo-a, para derrotá-la e conseguir aplicar os planos de austeridade. Manifestações de protesto contra as expulsões dos ciganos ocorreram em toda a Europa, inclusive em Portugal, em Setembro, e principalmente em França (foto abaixo), onde 100 mil percorreram as ruas de Paris.



O racismo da União Europeia

A burguesia e os seus representantes procuram sempre estimular e manipular em seu benefício o preconceito existente em sectores da população contra o “outro”, seja ele imigrante, cigano ou muçulmano. De forma frontal e agressiva, como o fazem Sarkozy, Berlusconi ou Paulo Portas, mas também de forma mais, digamos, “institucional”, como é o caso da União Europeia. As críticas de Durão Barroso ou da comissária para a Justiça, Viviane Reding, às medidas de Sarkozy não podem esconder o facto de que este seguiu as normas ditadas pela própria Comissão Europeia na sua tristemente famosa Directiva do Retorno (conhecida como Directiva da Vergonha), que permite a detenção em centros de internamento de imigrantes “ilegais” até um máximo de 18 meses e exige dos países da UE a expulsão de todos os imigrantes irregulares num prazo de cinco anos. A mesma UE permite aos seus estados membros expulsar pessoas que se encontrem no país há pelo menos três meses sem trabalhar ou que sejam consideradas uma ameaça à segurança pública. A Directiva da Vergonha foi aprovada no Parlamento Europeu em 2008, com os votos dos eurodeputados do CDS, PSD e PS.

Luta recomeça na Europa: França e Grécia na vanguarda

Dois acontecimentos políticos de primeira grandeza marcaram a retomada da luta social na Europa após as férias de Verão: a greve geral na França, a 7 de Setembro, com mais de 2 milhões de manifestantes nas ruas de várias cidades, e a manifestação, a 11 de Setembro, em Salónica, segunda maior cidade da Grécia, com milhares de pessoas.

Na França, aquela que foi considerada a maior das quatro greves gerais realizadas este ano, inclusive comparável às grandes jornadas de 1995, contra o plano Juppé (de reforma da Segurança Social) e 2003 (contra a alteração da idade da reforma), transformou-se também no maior protesto contra o governo de Nicolas Sarkozy e o seu ministro do Trabalho, Eric Woerth. Os trabalhadores querem a retirada do projecto de lei que aumenta de 60 para 62 anos a idade da reforma, com penalizações, e para 67 anos a reforma integral.

O argumento do governo para

justificar esta alteração baseia-se no aumento da esperança de vida, mas, na verdade, trata-se de mais uma medida para poupar gastos do Estado e aumentar os lucros dos patrões, com o recurso ao sistema privado de pensões, às custas da qualidade de vida dos trabalhadores.

A força da luta dos trabalhadores franceses é muito grande e conta com o apoio da maioria da população – segundo sondagem, 70% concordaram com a mobilização de 7 de Setembro. A mesma sondagem comprova que o governo de Sarkozy atingiu o ponto mais baixo de impopulari-

dade, e 60% querem a demissão de Woerth. Portanto, é possível vencer, apesar da intransigência do governo, que aprovou no Parlamento, com os votos da direita, um dos aspectos centrais do projecto de lei, nomeadamente, o aumento para 62 anos da idade da reforma. O objectivo do governo é ter aprovado o projecto em sua totalidade até o fim de Outubro.

Os sindicatos convocaram uma nova jornada de greve e manifestações para 23 de Setembro, assim como acções para o dia 15 de Setembro, quando a lei será novamente



submetida ao Parlamento.

Salónica marca recomeço

Milhares de pessoas concentraram-se em Salónica, em 11 de Setembro, convocadas por várias centrais sindicais, para demonstrar o seu descontenta-

mento com as duríssimas medidas de austeridade impostas aos trabalhadores gregos pelo governo do primeiro-ministro do PASOK (social-democrata) Georges Papandreou. “O capitalismo é que deve pagar pela crise” ou “Nacionalização da

DE OLHOS BEM ABERTOS ■

Juntar forças? Sim, mas com quem e com que programa?



1. A actual situação política não está marcada, infelizmente, por uma forte contestação social. Não que ela não tenha pautado os últimos anos. As megas manifestações dos professores ainda estão na memória de todos e assinalaram fortemente o primeiro mandato do primeiro-ministro José Sócrates. Se não foram mais longe não foi da responsabilidade da classe docente em luta, mas sim dos sindicatos do sector, que preferiram sempre chegar a acordos (e memorandos) espúrios, insuficientes e até mesmo traidores dos interesses dos professores. Depois vieram outras contestações e protestos. De camionistas, de médicos, de enfermeiros, dos trabalhadores da Galp, entre outros. Vieram eleições (2009). Os sindicatos serenaram os ânimos e controlaram a ira popular, Manuel Alegre, na recta final, estende a mão a Sócrates (a esquerda possível, lembrem-se?) para que este almeje um novo mandato à frente do governo e, por fim, os partidos de esquerda não governamental (BE e PCP) encarregaram-se de se manterem divididos de modo a que nenhuma proposta de governo alternativo a um novo governo PS fosse possível sequer de imaginar.

2. Na conjuntura actual, temos o

Presidente da República, Cavaco Silva, já em campanha a visitar tudo o que é cidade. É ele preocupado com os fogos, com os desempregados e com o apaziguamento do (mais aparente que real) conflito entre o PS e o PSD. À “esquerda” temos Alegre numa campanha e posição triste. Por mais que Francisco Louçã (FL) se esforce por nos tentar convencer que o PS não quer Alegre, Alegre quer Sócrates e Sócrates reforçou (e renovou) o apoio a Alegre. Aliás, ao contrário do que afirmam os líderes da maioria que dirige o BE, o PS e Sócrates estão mesmo interessados na actual candidatura de Manuel Alegre. Quando o não quiseram fizeram questão de procurar outro candidato. Como foi o caso de Soares há quatro anos. E, desta vez, como Alegre se mostrou disponível para se colocar ao lado de Sócrates e não contra ele (nem contra os planos de austeridade que o governo PS tem descarregado sobre o país), que melhor cobertura de “esquerda” poderia ter o governo Sócrates II do que um candidato presidencial conotado com a sua (suposta) ala esquerda? É que Sócrates não é estúpido e sabe perfeitamente que contínuos planos de tirar aos pobres o pouco que têm (no que

toca aos subsídios sociais que o Estado concede a mais de um milhão de pessoas) para o entregar aos ricos, na figura de bancos (BPN e Banco Privado Português), acabará por desgastar fortemente a possibilidade de o PS triunfar em novas eleições. Que melhor camuflagem à sua política de direita (a ponto que Passos Coelho para se diferenciar do PS escolhe um projecto de revisão constitucional para se demarcar pela direita) do que uma candidatura presidencial de faceta de esquerda, como é a do famoso poeta? E saiu o brinde ao PS. Alegre candidatou-se e trouxe atrás o ... Bloco de Esquerda. Melhor seria difícil.

3. Pergunta-se, legitimamente, ainda que o não queiram admitir: o que fazem o BE e FL neste filme? Cobertura de esquerda a um governo e ao seu candidato cada vez mais à direita. Primeiro, o voto favorável à proposta do PS e de Bruxelas para um empréstimo a pagar aos bancos franceses e alemães, disfarçado de empréstimo “à Grécia”. Depois, vender “gato por lebre” aos bloquistas. E daí os argumentos: (1) que não há outra alternativa; (2) que há que juntar forças; (3) que o PS não apoia Alegre (argumento para rir); e, por fim, (4) que Alegre poderá ir a uma

segunda volta, daí se justificar juntar forças. Não responderemos a (outros) argumentos seleccionados a retalho para tentar demonstrar (o indemonstrável) que o candidato Alegre é de confiança porque votou contra esta ou aquela lei mais horrorosa de algum governo do PS. FL sabe tão bem quanto nós que, por cada voto contra uma lei ou outra do PS em algum momento do passado, esse “voto” nunca colocaria em causa o governo PS e servia de “seguro” para o futuro de uma candidatura presidencial. Nada mais do que isso.

4. Sobre o argumento 1. Só não há alternativa porque o BE (já agora) e o PCP nunca se quiseram entender, nem para uma candidatura comum nem sequer (o BE) para uma nova candidatura própria como a que o próprio FL protagonizou há quatro anos. Sobre o argumento 2. Sim, há que juntar forças, disse FL (agora, pois, há quatro anos e desde a fundação do Bloco, os únicos que sempre defenderam que havia que juntar forças foram os que pela esquerda se apresentaram internamente como moção alternativa às últimas convenções), mas podemos perguntar porque, se há que juntar forças, teria que ser com o PS, com Sócrates e com Alegre? Porque

não juntar forças com os outros sectores à esquerda (com o PC, por exemplo)? Com Alegre há quatro anos, quando era um candidato que enfrentava o PS, ainda se podia compreender, mas agora? Ou mesmo posteriormente, se este tivesse rompido efectivamente com o PS e a actual governação. Seria pedir demais a Manuel Alegre? Pois bem, então também é pedir demais que o BE lhe dê o seu apoio. Sobre o argumento 3, já o respondemos: não só Alegre sempre foi o candidato do actual governo como, nos últimos dias, esse apoio veio a ser renovado. Por fim, que há que juntar forças para derrotar Cavaco. Se um Alegre em rota de colisão com o PS não derrotou Cavaco, um Alegre de braço dado com o governo que retira subsídios de assistência aos sectores mais carenciados da população, então, esse candidato nem a um milhão de votos chagará. Mas, parafraseando Francisco Louçã, em qualquer dos casos, “nós não nos enganamos de adversário”. Só que, nas próximas eleições presidenciais (Janeiro de 2011), não há só um adversário, mas dois: Cavaco e o candidato do governo dos PECs. Lamentavelmente chama-se Manuel Alegre.

Gil Garcia



banca” eram as palavras de ordem de muitas faixas carregadas pelos manifestantes.

Pela manhã, centenas de camionistas participaram da manifestação e anunciaram uma nova greve por tempo indeterminado para protestar contra o

projecto de lei sobre a liberalização do sector. Um apelo a uma nova greve geral foi feito pelos sindicatos.

A Grécia é hoje um país arrasado pelas medidas de austeridade impostas pela União Europeia e o FMI e adoptadas

pelo governo grego, em troca de um empréstimo de 110 mil milhões de euros em três anos, supostamente para evitar a bancarrota do país. Na verdade, o objectivo desse empréstimo é evitar a quebra dos bancos credores da dívida pública grega, especialmente os alemães, franceses e ingleses.

O plano de austeridade incluiu cortes de mais de 20% nos salários dos funcionários públicos, redução das pensões de reforma e aumento dos impostos. Agora, Papandreou acena com a reforma do sistema hospitalar, isto é, com o aumento das restrições aos cuidados de saúde garantidos pelo Estado e a sua privatização, e a reestruturação da empresa ferroviária estatal, com cortes de salários e despedimento de 40% dos seus funcionários. O plano do governo para este ano é privatizar, além da ferrovia e da saúde, os portos, correios e o serviço de distribuição de água. A meta do governo é reduzir o défice orçamental para 3%, cumprindo assim os ditames da União Europeia.

Cristina Portella

Greve geral 29 de Setembro no Estado Espanhol

Seguindo o rumo catastrófico da economia capitalista na União Europeia, a situação em Espanha agudiza-se a todo o vapor. O *pensionazo* do “socialista” Zapatero é um feroz golpe à classe trabalhadora, com a possibilidade de um empresário poder despedir um trabalhador pagando-lhe 20 dias do ano (40% financiado pelo próprio Estado!) por ter uma simples queda na facturação. São hoje 4,6 milhões de desempregados no país.

O seu plano laboral visa cortar as reformas entre 20-25% e ampliar a idade da reforma para os 67 anos, além de dar aos capitalistas todo o poder quanto a horários, colocação de trabalhadores e manutenção de contratos de uma precariedade selvagem que atacam sobretudo os mais jovens.

O Governo conta com a conivência e o servilismo da burocracia sindical, em especial da CC.OO (Confederacion

Sindical de Comisiones Obreras) e UGT (Union General de Trabajadores), que sempre apoiaram Zapatero e vêm condenando todas as lutas ao fracasso.

Para o dia 29 de Setembro está convocada uma greve geral no Estado Espanhol. O objectivo da burocracia ao convocá-la, depois de tentar evitá-la ao máximo, é retirar pressão ao movimento de massas e dar um novo fôlego a Zapatero. Por isso, tenta esvaziá-la, para que seja um fracasso. A esquerda revolucionária, como os camaradas da Corriente Roja, pelo contrário, está a esforçar-se para que esta greve seja uma vitória dos trabalhadores. Se assim for, será uma derrota tanto para o Governo como para as traidoras CC.OO e UGT, permitindo um impulso à luta e à reorganização de uma alternativa política e sindical.

Manuel Neves

Portugal: caminhando sobre gelo fino

A burguesia não está satisfeita com os cortes promovidos pelo governo Sócrates nos PECs e quer a retirada dos direitos dos 1,5 milhões de trabalhadores portugueses que ainda os têm, no estilo da Grécia. O projecto de Revisão Constitucional do PSD responde a esse anseio, e a pressão do mercado sobre o próximo Orçamento de Estado, também. Hipocritamente, o PS/Sócrates, que vem destruindo o Serviço Público, traveste-se de seu grande defensor.

O ano político abre com alguns temas centrais, como as eleições presidenciais de Janeiro e o Orçamento de 2011, tendo como pano de fundo uma crise económica que não dá mostras de acabar e uma violenta pressão dos mercados internacionais sobre Portugal. Se a luta de classes no país parece, pelo menos por enquanto, facilitar os objectivos do governo e da burguesia de impor os seus planos de austeridade, ambos sabem que estão a navegar à vista.

Assim como na Grécia e na França, a luta social tem potencial de explosividade também em Portugal. Se no último ano e meio deu uma trégua ao governo, com o inestimável auxílio das direcções sindicais, sendo o descontentamento canalizado para o ciclo eleitoral, esse clima de “paz social” pode ser quebrado subitamente.

Economia em queda

O Estado português continua endividando-se a um ritmo acelerado em função dos altíssimos juros cobrados pelo mercado: de acordo com os dados do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP), divulgados pela imprensa, as emissões de obrigações e bilhetes do tesouro feitas em Agosto atingiram o valor

mais alto de todo o ano de 2010.

Por outro lado, as taxas de juros praticadas pelo mercado para financiar os títulos da dívida pública portuguesa atingiram, em Setembro, o nível mais alto desde o pico de Maio deste ano.

No plano europeu, a retoma económica deste ano (os indicadores em geral são positivos, em particular na Alemanha, mas há excepções, como Grécia e Espanha), segundo a própria Comissão Europeia, permanece frágil, incerta e sobretudo desigual entre os diferentes países.

Em Portugal, os cortes nos investimentos públicos impostos pelo Orçamento de 2010 e pelos PECs 1 e 2 já mostram os seus efeitos: se não há, tecnicamente, recessão (o PIB manteve-se positivo nos dois trimestres de 2010, ao contrário de 2009), a tendência é para a queda. O PIB caiu de 1,8% no primeiro trimestre para 1,4%, no segundo.

O emprego e as remunerações diminuíram 1,6%, enquanto as horas trabalhadas apresentaram uma variação de -2,0%. O desemprego mantém-se alto, 10,6%, mas, incluídos os inactivos e os subempregados, a taxa sobe para 12,9%, o que corresponde a 730 mil pessoas sem trabalho. Calcula-

se que o número de desempregados sem qualquer tipo de subsídio seja de 200 mil, enquanto a precariedade atinge pelo menos 23% dos trabalhadores.

Burguesia quer mais

Mas a burguesia, a Comissão Europeia e o FMI não estão satisfeitos com os cortes promovidos pelo governo no gastos públicos, isto é, querem cortes ainda mais profundos na chamada “despesa primária” prevista no próximo OE, isto é, nos gastos com saúde, educação, salários da Função Pública, investimentos, etc. É esse o sinal dado pelo mercado com o aumento dos juros para financiar os papéis da dívida pública portuguesa. “O Sistema Nacional de Saúde gratuito faz parte do passado”, declarou o presidente da Jerónimo Martins, Soares dos Santos.

Foi exactamente este o sentido da proposta de Revisão Constitucional apresentada por Pedro Passos Coelho no início do Verão, e aprovada agora pela Comissão Nacional do PSD, a defender um endurecimento nos ataques às conquistas sociais, como uma maior liberalização dos despedimentos (fim da justa causa), a eliminação de princípios



de universalidade e gratuidade da saúde e educação, etc. O alibi é baixar o défice público e evitar a bancarrota do país e a intervenção do FMI.

Xadrez político

O PSD vai querer negociar com o governo PS o seu apoio à viabilização do Orçamento 2011 em troca da revisão constitucional. O facto de a sua apresentação ter custado ao PSD uma queda nas sondagens (10 pontos percentuais e a ultrapassagem ligeira pelo PS) parece não preocupar muito Passos Coelho.

A burguesia precisa aproveitar a crise para retirar conquistas sociais, e o PSD parece estar disposto a retardar o seu retorno ao poder, mas atrelando o PS às suas iniciativas. É um jogo de xadrez a ser acompanhado: verificar como o PS, que quer o PSD como parceiro na viabilização do Orçamento, reage à pressão de Passos Coelho.

Sócrates, até agora, aproveitou-se das propostas de Revisão Constitucional do adversário para girar o seu discurso à esquerda e tentar recuperar-se da queda nas

sondagens, no que obteve sucesso. Sobre o OE, ele sabe que o mais provável é que o PSD o viabilize, apesar das bravatas de Passos Coelho, pois a burguesia não quer saber de instabilidade. Até Cavaco Silva – que não quer perder votos nas presidenciais – procura distanciar-se do projecto de Revisão Constitucional do seu partido.

À burguesia só agradariam eleições antecipadas se o PSD ou o PS conseguissem maioria absoluta, o que não parece o mais provável. Eleições agora, vença PS ou PSD, manteriam o quadro de instabilidade governativa, pois nenhum dos dois partidos conseguiria maioria absoluta. Além disso - e o mais importante - é que não há diferenças de fundo no projecto dos dois partidos: ambos apostam na saída da crise pelo lado dos ataques aos trabalhadores.

Portanto, todos estão a “empurrar a situação política e económica com a barriga”, até que um novo pico da crise rebente ou que o movimento de massas acabe por explodir e os obrigue a tomar opções mais drásticas, entre as quais as previsíveis eleições antecipadas em 2011.

C.P.

Professores contratados: um protesto contra a passividade



Movimento 3Rs promove protesto em frente ao Ministério da Educação no dia da abertura do ano lectivo.

No dia da abertura oficial do corrente ano lectivo, 13 de Setembro, a ministra da Educação, Isabel Alçada, intercalou na sua propaganda risonha alguns avisos sobre a sua resposta à precariedade no sector docente e, em particular, sobre a promessa acordada com as direcções sindicais a 8 de Janeiro de realização de um concurso em 2011 com abertura de vagas nos quadros: “Nas negociações sindicais abrimos essa hipótese, mas temos que analisar e ver se vai ser possível. Ainda não está fechado [com o Ministério das Finanças] e não há um compromisso [governamental]. Vamos ver se será realizado”.

Ou seja, a ministra usa mais uma vez a ambiguidade: sugere, mas não se compromete. E pelo meio lança um sorriso às direcções sindicais, que, por via das negociações burocráticas como foi o Acordo de 8 de Janeiro, têm desperdiçado e dissolvido em banho-maria a combatividade e resistência da classe.

O governo conta com as negociações e a colaboração das direcções sindicais para desarmar o potencial de mobilização e radicalização que pode gerar a precariedade docente. De facto, neste momento, uma semana depois da abertura do ano lectivo, já há mais de 20 mil professores contratados, faltando ainda contratar mais alguns milhares, inclusive para as AECs, Novas Oportunidades, etc., o que poderá atingir um total de 30% da classe.

O governo poupa milhões com esta mão-de-obra barata que está impedida de ingressar nos quadros e na carreira e, conseqüentemente, de progredir para níveis salariais mais elevados. É mais um “imposto”, este pago pelos professores contratados e precários, para o PEC infinito em que se transformou a governação capitalista da crise.

Movimento 3Rs sai à rua...

Perante esta situação, o governo e a ministra bem “mereceram” o protesto, e ainda o “ruído” com vuvuzelas que o acompanhou, que o Movimento 3Rs (Renovar, Refundar e Rejuvenescer o

Movimento Reivindicativo) impulsionou, com o apoio de outros movimentos, em Lisboa, no próprio dia 13, à frente do Ministério da Educação.

Participaram 50 professores e activistas que, apesar do seu número ainda insuficiente devido à desmobilização e à situação desfavorável em que se encontra o sector – também fruto da política de acordos e recuos burocráticos das principais direcções sindicais –, assim se destacaram contra a ausência de qualquer outra iniciativa. Iniciativa que seria mais que oportuna e obrigação daquelas estruturas, para mais num momento em que Isabel Alçada pressionava a classe e a opinião pública com a sua propaganda sobre a “normalidade” nas escolas.

Recorde-se, ainda, que, após o Acordo de 8 de Janeiro, a ministra impôs aos professores outras “prendas”, como a inclusão da avaliação de desempenho nos concursos e o encerramento de 700 escolas com o argumento que têm poucos alunos. Somadas com as escolas encerradas por Lurdes Rodrigues, são já 2 mil.

O protesto foi marcada pelas exigências de abertura de vagas nos quadros para os professores contratados, subsídio de alojamento e transporte, menos alunos por turma, reconhecimento dos direitos da classe aos colegas das AECs e das Novas Oportunidades, fim da actual avaliação de desempenho e dos estrangulamentos e quotas na carreira, etc.

Para os activistas do Ruptura que participam no Movimento 3Rs e ajudaram a dinamizar o protesto do dia 13 de Setembro, este deve ser inserido num outro objectivo que ultrapassa a própria iniciativa: é preciso impulsionar, nas pequenas ou nas grandes acções, a organização de base e democrática dos próprios professores contratados e construir um “movimento nacional de professores contratados”, que amplie e organize a revolta do sector e as suas justas reivindicações, de forma coerente e conseqüente e, acima de tudo, independente dos velhos dirigentes sindicais.

**André Pestana
Eduardo Henriques**



Protesto rejeita apoio de Israel a festival LGBT

Entidades como o Comité de Solidariedade com a Palestina e o Panteras Rosa não querem que o Queer Lisboa seja associado a um estado que promove a violência contra o povo palestino.

No passado dia 17 de Setembro teve início a 14ª edição do Queer Lisboa, festival de cinema gay, lésbico, bissexual e transgénero (LGBT). Este surge por força do movimento LGBT e foi uma vitória desse movimento na luta contra as discriminações em função da orientação sexual e da identidade de género em Portugal. Desta forma, não queremos ver o Queer associado a um Estado racista e assassino como o de Israel através do apoio financeiro que vem sendo dado pela embaixada deste país ao festival.

Sendo o estado de Israel responsável pela ocupação militar da Palestina e pela repressão e guerra contra os povos árabes, transformando Gaza num gigantesco campo de concentração, sem acesso a bens essenciais à sobrevivência da sua população, várias organizações de apoio à causa palestina e do movimento LGBT resolveram manifestar-se pela rejeição deste apoio. Com este objectivo, para que a direcção do festival recuse o apoio financeiro dado pela embaixada israelita, estas entidades organizaram uma manifestação em frente ao Cinema São Jorge, em Lisboa, na noite da sua abertura.

Estiveram presentes ao protesto cerca de trinta pessoas, a empunhar faixas e distribuir um panfleto, assinado por várias organizações e personalidades, intitulado “Não à associação do Queer Lisboa com o criminoso apartheid israelita”, a explicar as razões daquele acto. Um dos subscritores do panfleto foi o realizador canadiano John Greyson, premiado na última edição do Queer Lisboa, mas que, ao saber da existência do apoio da embaixada israelita, retirou o seu filme desta edição do festival, para que o seu trabalho não esteja associado ao estado sionista.

Participaram da organização da manifestação, entre outras entidades, o Comité de Solidariedade com a Palestina, o Panteras Rosa e o Colectivo Múmia Abu Jamal. A aceita-

ção do público ao protesto foi bastante favorável, interessando-se, em muitos casos, em conhecer melhor as suas motivações. Mesmo assim, tudo indica que a organização do festival não recue e mantenha o apoio da embaixada israelita ao festival.

Um apoio com segundas intenções

Há alguns anos que o estado de Israel inclui na sua política externa o apoio a eventos culturais vinculados ao movimento LGBT, na tentativa de dar um aspecto mais progressista à sua política externa, com o objectivo de angariar simpatia junto à população dos países imperialistas, demarcando-se da maioria dos países do Médio Oriente que, de forma reaccionária, reprimem as pessoas LGBT.

Da mesma forma, algumas multinacionais tentam lavar a cara nas principais marchas de orgulho LGBT e outros estados imperialistas vão fazendo algumas cedências, como no caso do alargamento do casamento a pessoas do mesmo sexo, enquanto exploram e oprimem todos os trabalhadores do mundo.

De nossa parte, não podemos permitir que um estado utilize o movimento LGBT para lavar a cara de todos os crimes que cometeu e comete. O que nos separa é a classe, e não a etnia, género ou orientação sexual. Assim como os nazis reprimiram os judeus, os gays, os militantes de esquerda e os povos dos países ocupados para sustentarem a sua máquina de guerra em campos de trabalho forçado, hoje o estado israelita reprime o povo palestino para que o imperialismo tenha uma base militar no Médio Oriente e para que a burguesia israelita veja os seus lucros garantidos.

Toda a classe trabalhadora deve estar unida para lutar por um estado palestino livre, democrático e não racista, e lutar por um movimento LGBT independente e classista.

Eduardo Velosa

Moçambique: a revolta dos famintos



A revolta obrigou o governo de Guebuza a congelar os aumentos de preços decretados dias antes. É uma vitória da população contra a violência social e política de uma ditadura a soldo do FMI.

Nos primeiros dias de Setembro, milhares de moçambicanos manifestaram-se nos subúrbios de Maputo e nas cidades de Matola e Chimoio contra os brutais aumentos de preços de bens de primeira necessidade decretados pelo governo: 25% no preço

do pão, 13% na electricidade; aumentou também o arroz e a água. A polícia, que atirou a matar, fez 13 mortos (número oficial), dezenas de feridos e 400 detidos.

Para tentar impedir novas acções de protesto, o governo

ditatorial da Frelimo deu ordem às duas operadoras móveis para bloquearem os serviços de mensagens de texto (sms), meio pelo qual os manifestantes organizaram a revolta.

Cinicamente, o governo apelidou os revoltosos de “delinquen-

tes” e “criminosos a soldo do estrangeiro”. Mas criminoso e delinquente é o governo moçambicano, que obedece ao FMI e ao capital estrangeiro para aplicar políticas que servem aos interesses destes. Basta dizer que o presidente Guebuza e muitos outros ministros e políticos são accionistas de algumas das principais empresas estrangeiras do país.

Índices de pobreza

A par dos privilégios da classe política e dos empresários, em Moçambique vive um dos povos mais pobres de África (e do mundo). O salário mínimo é equivalente a 53€ e 46,8% da população é extremamente pobre de acordo com a ONU. A água potável é acessível apenas a 42% da população. Os aumentos salariais estão congelados e o código do trabalho dos primeiros anos do governo da Frelimo, que era muito progressivo, foi desmantelado.

A partir da década de 90 o governo da Frelimo abandonou qualquer resquício da via “socializante” (mesmo que burocraticamente controlada) dos primeiros anos da independência e enveredou pela política ultra-liberal de privatizações e desregulamentação, e pela subordinação às condições

impostas pelo FMI. Foi este, aliás, que, “para controlar o endividamento (...) impôs os aumentos” (palavras do director do Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança, Paulo Gorjão, em entrevista publicada no *DN* de 3/Set.).

Agricultura do lucro

Nesta mesma entrevista, Paulo Gorjão explica que, na África em geral e Moçambique em particular, “há tendência de desinvestimento na agricultura tradicional e aposta de grupos internacionais em cereais usados no domínio energético. A Galp tem lá projectos, assim como os chineses e os sul-africanos. Solos de primeira qualidade estão a ser usados dessa forma.” Ou seja, o capital (inclusive o capital português) destrói não só a agricultura tradicional, como a possibilidade de os bons solos serem utilizados para a melhoria das condições de vida das populações.

Sim, o povo moçambicano tem razão de lutar contra um governo que, para satisfazer as necessidades dos grandes negócios e manter os privilégios da classe política, não se coíbe de deixar a maioria do povo morrer à fome, e inclusive de matar!

Ana Paula Amaral

O “agrobusiness” e a especulação nos preços

A alta dos preços não ocorre só em Moçambique. A 7 de Setembro, a Índia estava em greve geral contra a alta do preço do arroz, base da alimentação da grande maioria do povo. Trata-se de um fenómeno que se tem vindo a agravar nos últimos anos. Em 2008 a alta dos produtos alimentares causou conflitos sociais em 33 países. Entre Março de 2007 e Março de 2008, o trigo aumentou 130%, o arroz 74% e o milho 53% (dados da FAO).

No entanto, sabe-se que desde 1950 o volume da produção mundial dos alimentos cresce a um ritmo superior ao da população mundial. Se a produção cresce, porque aumentam os preços? Porque não é possível alimentar a população mundial condignamente e a preços acessíveis?

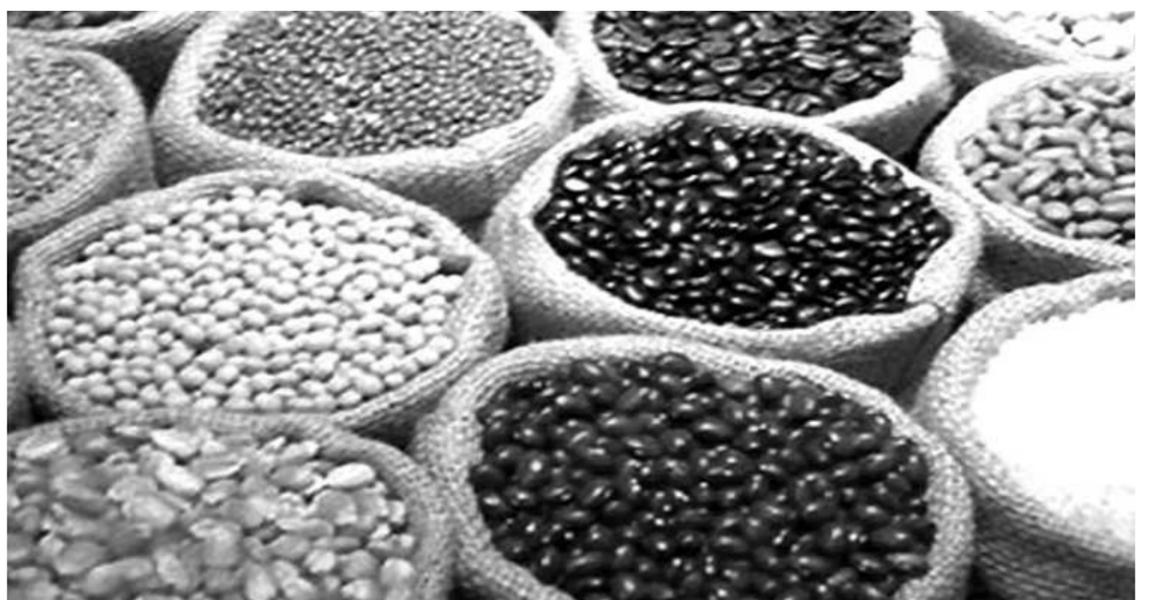
Capitalismo controla os preços...

Vivemos numa sociedade capitalista. E, tal como Marx já descrevia no *Capital*, o capitalismo caracteriza-se por uma tendência à concentração e acumulação de riqueza num pólo – a burguesia –

e à miséria crescente no outro pólo – a maioria da humanidade. A agricultura e a distribuição de alimentos não escapam a esta lei.

Se a indústria está nas mãos dos grandes monopólios, a agricultura é cada vez mais dominada pelo *agrobusiness*, que se baseia “no uso intensivo de terras, capitais e maquinaria para conseguir uma produção maciça” (ver “A crise dos Alimentos”, de A. Iturbe, na revista *Marxismo vivo* nº 18). Esta produção em larga escala pode inclusive ser armazenada por certo tempo sem se estragar e tornar-se assim objecto de especulação.

Os preços das principais matérias-primas, incluindo as agrícolas, são fixados internacionalmente nas bolsas chamadas de *commodities* e de acordo com o jogo especulativo. Não são os pequenos camponeses que decidem os preços do que produzem tendo em conta os custos, a relação entre oferta e procura, etc. Quando os camponeses colocam a sua produção no mercado – trigo ou milho, por exemplo – têm que se sujeitar ao preço fixado na bolsa internacional de



Chicago (que estipula os preços dos cereais), o qual muito dificilmente cobrirá os custos reais da sua produção de pequena escala.

... e a produção

Sem condições para competir com a produção intensiva do agronegócio e nenhuns ou poucos subsídios estatais – em resultado também da política implementada internacionalmente de “livre concorrência” e de cortes nas des-

pesas públicas – os camponeses pobres acabam por vender as suas terras aos grandes proprietários e empresas do agronegócio, e vão engrossar as fileiras dos pobres e desempregados das cidades. O que arrasta como consequência um aumento exponencial dos que necessitam de alimentos, pois até aí os camponeses alimentavam-se, e às suas famílias, duma parte do que cultivavam.

O modelo actual implica que a

produção se concentre em culturas com maior procura e preços mais atractivos nas bolsas internacionais, que se armazenem mais facilmente, etc. A produção agrícola não está assim determinada pelas necessidades reais da humanidade, mas tão só pela procura do maior lucro. Em 2008 as culturas “da moda” eram a soja, a cana do açúcar e o milho; hoje são os vegetais e cereais destinados aos biocombustíveis. **A.P.A.**

PSTU apresenta alternativa operária e socialista



A popularidade de Lula, garantindo à sua candidata, Dilma Rousseff, a liderança nas sondagens para as eleições presidenciais, não significa que o seu governo tenha resolvido os problemas sociais do País. É tudo ao contrário.

Em Outubro serão realizadas eleições gerais no Brasil. O processo eleitoral ocorre num momento de relativa tranquilidade para a burguesia brasileira e para o próprio governo Lula.

Por um lado, a crise económica internacional, que em 2009 provocou uma queda do PIB de 0,2% (interrompendo um período de vários anos de crescimento), parece dar um respiro ao país: o ministro de Fazenda, Guido Mantega, previu um crescimento entre 5 e 6% para 2010. Apesar de a economia começar a mostrar alguns sintomas de esfriamento e existir a ameaça de uma extensão da difícil situação europeia, a verdade é que, no momento, predomina este panorama, e a palavra “crise” tem desaparecido do discurso dos principais candidatos burgueses.

Por outro lado, as eleições também se dão num marco de relativa tranquilidade na luta de classes, só sacudida pelos conflitos que se produzem nas negociações salariais anuais dos diferentes sectores dos trabalhadores.

Uma relativa tranquilidade que se expressa também no fato de que Lula termina o seu segundo mandato com um índice de aprovação próximo a 80%, o mais alto para um presidente desde que este tipo de pesquisa começou a ser feito, duas décadas atrás.

Uma falsa polarização

Assim, a burguesia brasileira pode novamente fazer um “jogo duplo”, impondo uma falsa polarização entre os seus dois principais candidatos: a representante do PT, Dilma Rousseff, e o da oposição de direita, José Serra, ex-governador de São Paulo, pelo PSDB.

Foram eles que protagonizaram

um primeiro debate televisivo entediante, no qual Dilma mostrou não ser, ao contrário de Lula, uma figura surgida do movimento de massas, mas do aparelho do PT, limitando-se a garantir a continuidade da política de Lula; enquanto Serra evitou as críticas frontais ao governo e limitou-se a expressar argumentos na linha “nós faríamos melhor”.

Os relatórios sobre as contribuições financeiras das empresas às campanhas mostram que, cada vez mais, uma maioria da burguesia começa a se inclinar a favor de Dilma. E a mesma tendência começam a mostrar as pesquisas de intenção de voto.

A burguesia brasileira, inclusive, impulsiona uma falsa alternativa “pela esquerda” ao governo, com a candidatura de Marina Silva (ex-ministra de Meio Ambiente do governo Lula) pelo Partido Verde. Marina Silva foi favorecida pela recusa de Heloisa Helena (PSOL) a disputar novamente a Presidência (em 2006, ela obteve mais de 6 milhões de votos pela Frente de Esquerda PSOL-PSTU-PCB).

Para além de sua “roupagem verde”, Marina reivindica toda a política económica dos governos do PT e de Fernando Henrique Cardoso, afirmando querer “unir o PT e o PSDB” em seu governo. Expõe, inclusive, posições muito reaccionárias, como a sua rejeição pública ao direito ao aborto livre e gratuito.

Realidade muito diferente

A realidade profunda vivida pelos trabalhadores e pelo povo brasileiro, no entanto, está bem longe do optimismo mostrado pela burguesia e pelos seus candidatos. Em contraposição aos

lucros recordes que obtiveram os grandes bancos e empresas durante o governo Lula, o Brasil é o país de mais injusta distribuição de renda do mundo. Enquanto 10% da população mais rica fica com 50% da renda do país, os outros 50% mais pobres recebem apenas 10% (“Desigualdade e Pobreza no Brasil”, Instituto de Pesquisa Económica Aplicada).

Números que se expressam em milhões de brasileiros vivendo na pobreza das favelas, sem acesso aos serviços públicos elementares, na multidão de camponeses sem terra e nos muitíssimos que dependem de planos assistenciais, como o Bolsa Família, para não morrer de fome.

Também tem estado bem longe desse optimismo o impressionante aumento da dívida pública. A dívida externa acumula 282 mil milhões de dólares, e a interna triplicou desde 2008, como um mecanismo para subsidiar bancos e empresas durante a crise, atingindo cerca de um trilhão de dólares.

O défice em conta corrente (rendimentos fiscais menos pagamentos) pode chegar neste ano a 60 mil milhões. Em outras palavras, um recrudescimento da crise económica internacional encontraria o Brasil em condições bem mais frágeis do que na primeira fase da crise.

Mas “disso não se fala” na campanha dos candidatos da burguesia. Como também não se fala da submissão do país e do governo Lula ao imperialismo e o papel que vêm jogando como seus agentes em diversos aspectos, como o de ter contribuído com o principal contingente e liderado as tropas da ONU na ocupação do Haiti.

Correio Internacional/LIT

Difundindo o programa socialista

O Brasil é um país muito rico em recursos naturais e em riqueza produzida pelo trabalho, mas o seu povo está condenado à pobreza e à insatisfação de suas necessidades mais urgentes como resultado do saque imperialista e da burguesia brasileira a essas riquezas.

Para reverter esse quadro e satisfazer às necessidades populares, é necessário superar o capitalismo. Isto é, impor um verdadeiro governo dos trabalhadores, que aplique um programa para mudar radicalmente a estrutura socioeconómica do país. Um programa que inclua medidas como o não-pagamento das dívidas externa e interna, a expropriação sem indemnização e a nacionalização das grandes empresas e bancos nacionais e internacionais, uma profunda reforma agrária que exproprie os latifundiários e distribua essa terra, a redução da jornada de trabalho sem redução de salário e um plano de obras públicas destinado a atender as necessidades populares.

Dessa forma, por meio de um plano económico estatal centralizado, seria possível propiciar um aumento geral de salários que garanta um salário mínimo equivalente à cesta básica completa;

emprego para todos; triplicar o orçamento para saúde e educação públicas, moradias dignas para todos e terra para os camponeses.

Em outras palavras, é necessária uma revolução socialista. Essa é a proposta e o programa defendido e difundido pelo PSTU, apesar do boicote da grande imprensa e da TV.

Especialmente por meio de seu candidato presidencial, José Maria de Almeida (Zé Maria), em numerosos actos e actividades, como vários seminários programáticos realizados em todo o país. E com uma edição especial do jornal *Opinião Socialista* dedicada ao programa socialista para o Brasil, que está sendo vendida nas portas de fábricas e empresas.

O PSTU também tem uma postura internacionalista e antiimperialista em sua campanha: levanta como bandeira a imediata retirada das tropas brasileiras do Haiti e a sua substituição por médicos, técnicos e especialistas que ajudem realmente o povo haitiano, castigado duramente pelo último terramoto. E a imediata ruptura de relações diplomáticas e comerciais com o Estado genocida de Israel e o apoio à luta do povo palestino para recuperar seu território.

A lenda da desigualdade em queda

Num interessante artigo escrito para o jornal *Público*, o jornalista brasileiro Clóvis Rossi (*Folha de S. Paulo*) desmonta, com números, o mito de que o governo Lula reduziu a desigualdade social no Brasil. A conclusão que ele chega no artigo é que o que diminuiu foi a desigualdade entre assalariados, não entre o rendimento do capital e o rendimento do trabalho. Essa desigualdade, pelo contrário, teria aumentado.

Entre os dados apresentados, ele cita que, em 2006, o governo Lula pagou cerca de 73 mil milhões de euros de juros aos detentores da dívida pública nacional, 80% dos quais teriam sido apropriados por 20 mil famílias da elite brasileira. Nesse mesmo ano, o governo teria gasto bem

menos em programas de assistência social: 9,4 mil milhões de euros.

Outro dado: o Bolsa Família (programa de auxílio a famílias pobres e elemento-chave da popularidade de Lula) beneficia hoje 12,6 milhões de famílias, a custo anual de 5,8 mil milhões de euros. Mas o pagamento de juros para os detentores de títulos públicos somou, em 2009, a quantia de 170 mil milhões de euros (36% do Orçamento), considerado a maior rubrica de gastos. Se 80% dos juros/amortização da dívida vão para 20 mil famílias, estas terão recebido no ano passado algo em torno de 136 mil milhões de euros, bem mais (23 vezes) mais do que dezenas de milhões de pobres beneficiados pelo Bolsa Família.